



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO/IFAL

RESOLUÇÃO Nº 315 / 2025 - CEPE/IFAL (11.21)

Nº do Protocolo: 23041.001079/2025-71

Maceió-AL, 14 de janeiro de 2025.

Altera, *Ad Referendum*, o anexo único da RESOLUÇÃO Nº 234/2024 - CEPE/IFAL, de 11 de março de 2024, que aprovou a criação, o funcionamento e o Plano Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional de Agricultor Orgânico, ofertado pelo Campus Maragogi do Ifal.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO do Instituto Federal de Alagoas - Ifal, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Portaria nº 2.670, de 20 de setembro de 2021, em conformidade com o inciso XVII, artigo 13, da Resolução nº 22/CS, de 1º de julho de 2014 e o que consta no Processo nº 23041.047049/2024-21.

RESOLVE:

Art. 1º O anexo único da RESOLUÇÃO Nº 234/2024 - CEPE/IFAL, de 11 de março de 2024, que aprovou a criação, o funcionamento e o Plano Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional de Agricultor Orgânico, na modalidade presencial, Programa Mulheres Mil, ofertado pelo Campus Maragogi do Instituto Federal de Alagoas, fica substituído pelo anexo único desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

(Assinado digitalmente em 14/01/2025 10:26)
ZOROASTRO PEREIRA DE ARAUJO NETO
REITOR - SUBSTITUTO
REIT (11.01)
Matrícula: 3330870

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifal.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **315**, ano: **2025**, tipo: **RESOLUÇÃO**, data de emissão: **14/01/2025** e o código de verificação: **ca31f0bb95**



ANEXO ÚNICO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX
PROGRAMA MULHERES MIL
CAMPUS MARAGOGI**

**PLANO PEDAGÓGICO DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE
AGRICULTOR ORGÂNICO**

MARAGOGI-AL

2024



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX
PROGRAMA MULHERES MIL
CAMPUS MARAGOGI**

**PLANO PEDAGÓGICO DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE
AGRICULTOR ORGÂNICO**

MODALIDADE PRESENCIAL

EIXO TECNOLÓGICO: RECURSOS NATURAIS

MARAGOGI-AL

2024

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX
PROGRAMA MULHERES MIL
CAMPUS MARAGOGI**

ADMINISTRAÇÃO GERAL REITOR
Carlos Guedes de Lacerda

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD)
Heverton Lima de Andrade

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO (PROEX)
Gilberto da Cruz Gouveia Neto

PRÓ-REITORA DE ENSINO (PROEN)
Maria Cledilma Ferreira da Silva Costa

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO (PRPPI)
Eunice Palmeira da Silva

PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PRDI)
Carolina Mendonça de Moraes Duarte

**EQUIPE SISTÊMICA DO PROGRAMA MULHERES MIL/ COMISSÃO DE
ELABORAÇÃO**

Tâmara Lúcia dos Santos Silva – Coordenadora Adjunta
Ilka de Carvalho Cedrim – Coordenadora Adjunta
Gabriela Lins Veiga - Apoio pedagógico/administrativo
Sandra Francisco da Silva - Apoio pedagógico/administrativo
Angeline Santos Castro – Coordenadora Adjunta
Pedagógica Mônica Lima Alves Pôrto – Supervisora Local
Cristóvão Bertoldo do Nascimento – Apoio Pedagógico/Administrativo

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX
PROGRAMA MULHERES MIL
CAMPUS MARAGOGI**

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2 APRESENTAÇÃO

3 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

4 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

5 FORMAS DE DIVULGAÇÃO

6 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7.1 DIRETRIZES CURRICULARES E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS

7.1.1 Atendimento aos estudantes com necessidades específicas

7.2 ESTRUTURA CURRICULAR

8 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

9 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

10 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E LABORATÓRIOS

11 PERFIL DE PROFESSORES E TÉCNICOS

12 REQUISITOS DE CERTIFICAÇÃO

13 PROGRAMA DOS COMPONENTES CURRICULARES

REFERÊNCIAS

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

QUADRO 1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Tipo de Curso: Mulheres Mil
Nome do Curso: Agricultor Orgânico
Eixo tecnológico: Recursos Naturais
Oferta: Presencial
Local de Oferta: Instituto Federal de Alagoas – <i>Campus</i> Maragogi
Turno: Vespertino
Carga Horária: 160 horas
Requisito de escolaridade: Ensino Fundamental I (1º a 5º) - Incompleto
Requisito de idade: 16 anos.
Periodicidade: setembro a dezembro de 2024.
Oferta de vagas: 63 vagas.
Forma de ingresso: Edital.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

2 APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se o Plano Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional de Agricultor Orgânico, na modalidade presencial, do Programa Mulheres Mil. O Programa visa à formação profissional e tecnológica, articulada com elevação de escolaridade e a inclusão sócio produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social, objetivando o atendimento das pessoas dos assentamentos do município de Maragogi, cuja oferta visa à materialização de ações do Programa Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Esse Programa, instituído pela Portaria MEC Nº 725, de 13 de abril de 2023, visa à formação profissional e tecnológica, articulada com elevação de escolaridade e a inclusão sócio produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ele tem como principais diretrizes: possibilitar o acesso à educação; contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de pessoas; promover a inclusão social; defender a igualdade de gênero; combater a violência contra a mulher; promover o acesso ao exercício da cidadania; e desenvolver estratégias para garantir o acesso das pessoas ao mundo do trabalho. Para isso, atua no

sentido de garantir o acesso à educação a essa parcela da população de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões. A proposta aqui apresentada é fruto da adesão do IFAL à Linha de Fomento, conforme regras divulgadas no OFÍCIO CIRCULAR No 35/2023/GAB/SETEC/SETEC-MEC, 17 de abril de 2023.

Este Plano Pedagógico de Curso (PPC) se propõe a contextualizar e a definir as diretrizes pedagógicas para este respectivo Curso no âmbito do Instituto Federal de Alagoas - IFAL, campus Maragogi. Consubstancia-se em uma proposta curricular baseada nos fundamentos filosóficos da prática educativa progressista e transformadora, nas bases legais da educação profissional e tecnológica brasileira, explicitadas na LDB nº 9.394/96 e atualizada pela Lei nº 11.741/08, e demais resoluções que normatizam a educação profissional e tecnológica brasileira, mais especificamente a que se refere à formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

Dada a natureza pedagógica, política e administrativa, este PPC é composto pela contextualização da oferta, pelas diretrizes pedagógicas e políticas institucionais para a organização curricular e pelo seu funcionamento. Essa estrutura visa contemplar os principais aspectos que a legislação educacional brasileira determina, assim como informar às comunidades interna e externa as normativas do curso.

O PPC busca articular de forma coesa e coerente os princípios da educação inclusiva, da equidade de gênero e da sustentabilidade ambiental. A proposta curricular visa proporcionar às pessoas em situação de vulnerabilidade social não apenas o acesso ao conhecimento técnico relacionado à agricultura orgânica, mas também o fortalecimento de competências sócio emocionais, empreendedoras e cidadãs, fundamentais para o desenvolvimento integral das participantes e para a sua inserção ativa na sociedade e no mercado de trabalho.

Nesse sentido, foram realizados estudos e discussões sobre a maneira mais coerente de organizar o curso para atingir os objetivos de formação, assim como se alinhar ao que determina o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) quanto à missão e os valores do Ifal. A saber, o Instituto Federal de Alagoas (Ifal) tem como missão "Promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento

sustentável” (IFAL, 2024). Desse modo, o Ifal se configura como um espaço dedicado à formação integral do indivíduo, à promoção ativa da cidadania e à produção e disseminação do conhecimento. O compromisso da instituição é formar não somente profissionais qualificados, mas também cidadãos conscientes e participativos, prontos para contribuir positivamente em suas comunidades e na sociedade em geral.

3 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

O Plano Pedagógico do Curso (PPC) de Agricultor Orgânico está alicerçado nos normativos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021), as Normas de Organização Didática do Ifal (Resolução 03/CS/2017), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) e o Guia Pronatec de Cursos FIC.

Consustancia no acima descrito, a oferta do Curso de Agricultor Orgânico, visa atender, também, a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que enfatiza, no seu Art. 7º, II, que os Institutos Federais têm como uma de suas finalidades “ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica”. (BRASIL, 2008).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, os cursos de qualificação profissional, incluída a formação inicial de trabalhadores, “deverão desenvolver competências profissionais devidamente identificadas no perfil profissional de conclusão, que sejam necessárias ao exercício de uma ocupação com identidade reconhecida no mundo do trabalho, consideradas as orientações dos respectivos Sistemas de Ensino e a CBO” (BRASIL, 2021).

Ainda nesse sentido, a qualificação profissional é referenciada como uma oferta educativa que favorece a capacitação e o desenvolvimento profissional de cidadãos nos mais diversos níveis de escolaridade e de formação. Baseia-se em ações pedagógicas planejadas, para atender a demandas sócio educacionais de formação

profissional.

O município de Maragogi apresenta o maior número de assentamentos do Estado de Alagoas, com dezoito no total (BRASIL, 2015). Para que as pessoas que fazem parte dos assentamentos obtenham êxito na sua produção e geração de renda, alguns aspectos devem estar bem trabalhados, como o acesso à formação e qualificação profissional.

O Curso de Agricultor Orgânico na modalidade de Qualificação Profissional, que será ofertado para pessoas dos assentamentos de Maragogi, objetiva capacitar as produtoras para o entendimento da complexidade e dinâmica do mundo rural e das práticas produtivas adotadas por elas, no sentido de promover melhoria no processo adotado a fim de obter a certificação e qualidade nos alimentos por elas plantados e produzidos. Pretende, ainda, contribuir para a formação de agentes de transformação da realidade local.

Um diferencial do curso é a proposta didático metodológica que é centrada na participação de quem aprende, valorizando-se suas experiências e expectativas para o mundo do trabalho, procurando focar o indivíduo como pessoa, observando-se todas as áreas da aprendizagem e individualizando o processo ao máximo, para que todos possam participar.

A estudante egressa do curso de Qualificação Profissional de Agricultor Orgânico deverá demonstrar avanços na aquisição de conhecimentos básicos, sendo capaz de planejar, gerenciar e executar técnicas, visando aumentar a eficiência produtiva e econômica das atividades agrícolas, de modo compromissado com o desenvolvimento regional sustentável.

O curso Agricultor Orgânico ofertado pelo Ifal campus Maragogi tem como objetivo geral proporcionar a formação de egressas como profissionais cidadãs, com formação técnica básica em agricultura orgânica, comprometidas com o progresso local e conscientes das questões sociais e ambientais da região, contribuindo para o desenvolvimento regional sustentável, segurança alimentar e preservação do ambiente.

Os objetivos específicos do curso compreendem:

- Desenvolver a educação profissional integrada ao trabalho, à ciência e à tecnologia e, de forma paralela à formação profissional específica, as competências e habilidades necessárias para a formação integral do

público feminino, utilizando os conhecimentos adquiridos previamente para o exercício das atividades da agricultura orgânica;

- Promover a equidade entre os gêneros e a autonomia da mulher, capacitando-as para liderar iniciativas e tomar decisões em suas comunidades e no mercado de trabalho;
- Promover técnicas para o incentivo do empreendedorismo feminino; fortalecer o desenvolvimento de todos os saberes e valores necessários para as egressas do curso Agricultor Orgânico, tais como o domínio da linguagem, o raciocínio lógico, relações interpessoais, responsabilidade, solidariedade e ética, cidadania e responsabilidade socioambiental;
- Proporcionar a formação e qualificação profissional em curto prazo, com aspectos relacionados a: compreender a agricultura orgânica com base na legislação vigente no Brasil; conhecer as formas como são realizados o manejo do solo em sistema orgânico; conhecer as principais práticas para exploração das culturas agrícolas em sistema orgânico; conhecer as principais práticas a serem adotadas visando ao manejo de pragas e de doenças no sistema orgânico; conhecer aspectos relacionados ao beneficiamento, conservação e comercialização de produtos orgânicos; e compreender os princípios de economia solidária, sendo capaz de formar cooperativas com outras pessoas que atuam na agricultura orgânica.

4 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O Curso de Agricultor Orgânico, que será desenvolvido na modalidade presencial, é direcionado a pessoas que tenham o Ensino Fundamental I (1º a 5º ano) incompleto e que se encontrem em vulnerabilidade e risco social, vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, moradoras de locais com infraestrutura deficitária, tendo como base os critérios do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, estabelecidos pelo Programa Mulheres Mil.

Esse curso é projetado para aquelas que desejam aprofundar e adquirir conhecimentos para plantar e colher alimentos livres de agrotóxicos e, ainda, adquirir certificação do selo de qualidade dos alimentos que serão produzidos e comercializados.

A secretária de Agricultura, Pesca e Abastecimento da Prefeitura Municipal de

Maragogi atuará como parceira, auxiliando para viabilizar a participação das pessoas para realização do curso Agricultor Orgânico.

O acesso ao curso será realizado por meio de um edital específico, que definirá os critérios e o processo de seleção, tendo como base os critérios do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, estabelecidos pelo Programa Mulheres Mil. A escolha das candidatas será feita por ordem de inscrição até o preenchimento total das vagas disponíveis. Além disso, será mantido um cadastro de reserva para garantir a inclusão de possíveis candidatas que atendam aos requisitos, mas que não tenham sido inicialmente selecionadas.

Portanto, a seleção será feita por meio de critérios editalícios, publicados à comunidade, de forma a permitir a participação e o acesso aos que preencherem as condições mínimas legais estabelecidas.

Neste sentido, dentre os pré-requisitos do Programa, recomenda-se atenção aos seguintes critérios:

- ser do sexo feminino;
- ter idade mínima de 16 anos;
- ter, no mínimo, o ensino fundamental I (1° a 5°) - Incompleto;
- estar em condições de vulnerabilidade social e econômica.

5 FORMAS DE DIVULGAÇÃO

A divulgação do Programa Mulheres Mil acontecerá no site do Instituto Federal de Alagoas e nas redes sociais oficiais, a fim de despertar amplamente o interesse da comunidade, bem como visita aos assentamentos para divulgar e recrutar as pessoas para o Programa.

6 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Ao concluir o curso de Qualificação Profissional de Agricultor Orgânico, a egressa deverá demonstrar um perfil que lhe possibilite:

- Propor soluções para problemas reais enfrentados na agricultura orgânica, colocando em prática conceitos, estratégias, procedimentos e atitudes vivenciadas no processo formativo;

- Compreender e empregar as principais técnicas de propagação e implantação das culturas agrícolas para os cultivos orgânicos;
- Planejar e executar ações para o manejo do solo e das culturas voltadas para agricultura orgânica;
- Atuar no manejo integrado de pragas e doenças das culturas em sistema de produção orgânica;
- Produzir alimentos de qualidade de maneira sustentável;
- Compreender a legislação para produção de produtos orgânicos e sua certificação;
- Elaborar e desenvolver, individual e coletivamente, projetos de melhorias nas condições das unidades familiares e comunitárias, preferencialmente de forma cooperada e associativa;
- Compreender os impactos das atividades agrícolas desenvolvidas para a garantia da sustentabilidade no meio rural;
- Potencializar a ação das agricultoras como agentes de desenvolvimento, buscando ampliar o seu papel na construção de estratégias de intervenção e de fortalecimento da agricultura familiar;
- Desenvolver competência para executar atividades agrícolas que promovam a elevação da renda familiar;
- Envolver a família na produção voltada para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Além das habilidades específicas, essas estudantes devem estar aptas a:

- Adotar atitude ética no trabalho e no convívio social, compreendendo os processos de socialização humana em âmbito coletivo, percebendo-se como agente social que intervém na realidade;
- Ter capacidade de trabalhar em equipe e atuar em projetos associativistas;
- Ter iniciativa, criatividade e responsabilidade.

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7.1 DIRETRIZES CURRICULARES E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS

O Ifal, na perspectiva de cumprimento de sua missão, requer que a estrutura curricular dos seus cursos tome o trabalho como princípio geral da ação educativa. Para tanto, adota princípios fundamentais como a formação integral, a permanência

com êxito, a integração das atividades e a formação cidadã (IFAL, 2024).

Mediante o exposto, os procedimentos metodológicos utilizados deverão tomar como base os pressupostos das metodologias ativas da aprendizagem. Nessa abordagem, os estudantes, orientados pelos docentes, adquirem “uma postura de ação, resolvendo problemas, desenvolvendo projetos e criando oportunidades para a construção de conhecimento” (ANDRADE et al, 2020, p.09), assegurando, assim, a elaboração de aprendizagens significativas.

Nesse sentido, orientamos que a prática pedagógica docente contemple:

- Abordagem dos conteúdos de ensino de modo contextualizado, devendo expressar a pluralidade cultural existente na sociedade, valorizando as experiências dos estudantes, sem perder de vista a construção de novos saberes;
- Envolvimento das estudantes na avaliação de seu processo educativo visando uma tomada de consciência sobre o que sabem e o que precisam e/ou desejam aprender;
- Elaboração de materiais didáticos adequados aos estudantes. Esse material deverá contemplar a síntese das teorias e a referência para buscas bibliográficas aprofundadas, além de trazer exemplos, exercícios, entre outros;
- Comunicação efetiva entre docentes e estudantes e estudantes e estudantes, seguindo os princípios da cooperação, do respeito e da autonomia, de modo a alcançar os objetivos pedagógicos propostos;
- Utilização de recursos tecnológicos disponíveis, adequando-os ao público, auxiliando, assim, as atividades pedagógicas;
- Acompanhamento pedagógico individualizado às estudantes que apresentarem dificuldades, visando à permanência e à conclusão com êxito;
- Produção coletiva do conhecimento, adotando estratégias de ensino diversificadas, que favoreçam a interação entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem: aulas expositivas dialogadas e interativas; desenvolvimento de projetos; aulas experimentais (em laboratórios); visitas técnicas; seminários; jogos; debates; exposição de filmes; grupos de estudos; desenvolvimento de pesquisas sobre os aspectos teóricos e práticos do campo de atuação da agricultora orgânica; estudos de caso; relato de experiências das estudantes, entre outros;

- Organização de um ambiente educativo instigador, de modo a articular múltiplas atividades, beneficiando a transformação de informações em conhecimentos necessários à qualificação profissional das jovens e das adultas matriculadas no curso;
- Realização do planejamento, do registro e da análise das aulas e atividades realizadas.

Salienta-se a necessidade de os docentes estarem permanentemente atentos ao comportamento; concentração; atenção; participação e expressões faciais das discentes, uma vez que esses são excelentes parâmetros do processo educacional.

A organização curricular está elaborada de forma sequencial, cujo intuito é facilitar o entendimento dos princípios teóricos e práticos para desenvolver a atividade de agricultora orgânica. No entanto, pode haver adaptações para melhor atender à turma, uma vez que a atividade oferece oportunidade de aprendizado teórico inserido na prática. O Curso está organizado em 14 componentes curriculares totalizando 160 horas.

7.1.1 Atendimento aos estudantes com necessidades específicas

O Curso Agricultor Orgânico atuará no sentido de cumprir os dispositivos que regulamentam a Resolução nº 17/CS, de 11 de junho de 2019, do Instituto Federal de Alagoas, garantindo o atendimento aos estudantes com necessidades específicas, assegurando a igualdade de oportunidades e o fortalecimento das políticas de Educação Inclusiva.

Isso posto, deverá assegurar as condições adequadas para que ocorra a qualificação profissional desses jovens e dessas adultas, a fim de que possam concorrer às oportunidades concedidas pelo mundo do trabalho.

7.2 ESTRUTURA CURRICULAR

A matriz curricular do curso de Agricultor Orgânico do Programa Mulheres Mil, na modalidade presencial, é estruturada por temas interdisciplinares e tem suas unidades didáticas dispostas em 3 (três) módulos formativos:

O módulo do núcleo comum compreende o núcleo básico com 40h, junto ao

núcleo de gênero, saúde da mulher e qualidade de vida, com 24h. O núcleo profissional, composto por 96h, está voltado para a formação da estudante com a finalidade de inclusão socioprofissional e empoderamento. Totalizando uma carga horária de 160h, que são distribuídas da seguinte forma, conforme consta no quadro 2, a seguir:

Quadro 2: Matriz Curricular do Curso de Qualificação Profissional de Agricultor Orgânico		
Módulos	Componente Curricular	Carga Horária¹
Núcleo Básico	Leitura e Produção de Textos aplicados ao curso	12h
	Matemática Aplicada e Noções de Educação Financeira	12h
	Inclusão Digital voltada para o Exercício da Cidadania	8h
	Oratória, Expressão Corporal e Verbal	8h
Núcleo de Gênero, Saúde da Mulher e Qualidade de Vida	Princípios da Cidadania, Gênero e Direitos da Mulher	8h
	Ética e Relações Humanas	8h
	Noções de Biossegurança, Segurança Alimentar e Nutricional	8h
Núcleo Profissional	Introdução à Agroecologia e Noções de Legislação Aplicada à Agricultura Orgânica	12h
	Manejo e Conservação dos Solos em Sistemas Orgânicos	16h
	Manejo alternativo de pragas e doenças	12h
	Produção Vegetal em Sistema de Agroecologia	20h
	Beneficiamento e Conservação de Alimentos Orgânicos	16h
	Empreendedorismo, Cooperativismo e Economia Solidária	12h
	Direitos e Deveres da Mulher Trabalhadora	8h

CARGA HORÁRIA TOTAL	160h
----------------------------	------

¹A hora/aula, considerada na organização da matriz curricular, possui 60 minutos.

Para além dos componentes da matriz curricular, a equipe multidisciplinar de cada unidade no momento da busca ativa das estudantes, fará a identificação da comunidade e do perfil situacional das pessoas. E na acolhida das pessoas para início das aulas, realizará a oficina de construção e aplicação do mapa da vida, de acordo com as orientações a seguir.

A construção dos diagnósticos e do mapa da vida irão identificar e contemplar a realidade das participantes para que os componentes curriculares estejam adequados aos grupos de pessoas e seu contexto de vida.

A identificação da comunidade e do perfil situacional das pessoas visa conhecer a estrutura, carências e serviços disponíveis nas comunidades. O diagnóstico da comunidade é realizado com os dados fornecidos pelos participantes e suas trocas de experiências.

Por meio do estudo das condições de vulnerabilidade, quais sejam: baixo nível de escolaridade, histórico de emprego com baixa remuneração e condições adversas, fragilidade da estrutura familiar, experiências educacionais e de vidas negativas, dentre outros, definirá qual o perfil das educandas.

A oficina de construção e aplicação do mapa da vida irá coletar informações mais detalhadas sobre a história de vida e saberes das participantes, propiciando a troca de experiências, aumentando a capacidade de autoavaliação e ainda, mostra as participantes que todas trazem consigo uma bagagem de informações, habilidades e conhecimentos próprios de cada uma.

Conhecer a realidade com a qual se vai trabalhar é um ponto estruturante e tem um impacto direto no êxito do Programa. A coleta e o levantamento dos dados irão contribuir para o entendimento da realidade da comunidade. Na construção da identificação da comunidade a atividade pode ser estruturada da seguinte forma: pedir que as estudantes se distribuam em grupos que residam na mesma comunidade ou áreas circunvizinhas. Utilizar cartolinas, papel colorido, canetas coloridas, lápis de cor, tesouras, colas e imagens (podem ser de revistas, jornais e xerox de fotografias antigas), etc. É importante lançar algumas questões alusivas ao tema para estimular a reflexão com base no objetivo que se almeja, objetivando

reforçar a integração do grupo. Elaborar com antecedência as perguntas que nortearão a reflexão. Desse modo, o método possibilita sua aplicação em distintos momentos e diferentes objetivos.

8 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento de conhecimentos e experiências adquiridas, anteriormente, podem ser realizados a partir de avaliação e certificação, mediante exames, elaborados em concordância com as características do componente curricular. Podem ser aproveitados:

- a) Componentes curriculares concluídos em cursos técnicos de nível médio ou de qualificação profissional, observada a escolaridade mínima estabelecida;
- b) Saberes e competências reconhecidos em processos formais de certificação profissional.

9 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A metodologia de avaliação nos cursos realizados pelo Programa Mulheres Mil, do Instituto Federal de Alagoas/IFAL, levará em consideração o conhecimento empírico de cada estudante, ou seja, os conhecimentos prévios, aquilo que as estudantes aprenderam em suas práticas quotidianas farão parte de todo processo ensino-aprendizagem ao longo do curso ministrado.

Busca-se valorizar as experiências individuais de forma a construir aprendizados coletivos ao longo do curso, tornando o processo ensino-aprendizagem dotado de significados, aumentando a autoestima das estudantes e potencializando os diversos saberes dentro de uma multiplicidade de vivências de cada pessoa.

Acredita-se na avaliação da aprendizagem de forma participativa, contínua, permanente, formativa e qualitativa. Reconhecendo as pessoas como pessoas com vivências ricas que devem nortear as práticas pedagógicas e direcionar os métodos avaliativos. Deve-se considerar o conhecimento prévio das estudantes, acrescentando os conceitos chaves, pontuando os saberes acadêmicos de forma que os saberes, empíricos e da academia, sejam indissociáveis e os possíveis equívocos sejam dissolvidos.

De acordo com o Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito (2024, p.49), o que deve ser considerado no processo de avaliação é seu caráter formativo, “a avaliação formativa tem como fim mapear os pontos fortes e frágeis do processo educacional, possibilitando repensar as metodologias de ensino e as intervenções pedagógicas com vistas a favorecer a aprendizagem das participantes”. Ou seja, a avaliação deve ser vista como um processo, e isto significa que deve ser levado em conta o progresso das discentes a partir da abordagem dos conceitos trabalhados e das práticas executadas. A reflexão através da autoavaliação é também uma forma de aprendizagem que leva ao aprimoramento da prática, formação de novos hábitos e conhecimentos. Esta prática deve ser considerada ao longo de todo processo avaliativo.

Caberá aos professores escolherem a melhor estratégia de avaliação de acordo com a disciplina ministrada, podendo utilizar em suas metodologias teste prático, simulações de fatos, observações, trabalhos de apresentações, exposições, debates, autoavaliação, trabalhos em grupo, participação em sala de aula, relatórios, criação de folderes, pôsteres, materiais de redes sociais, vídeos, seminários e avaliações orais/dissertativas, com ou sem consulta, e objetiva a depender do perfil da turma.

A avaliação, em todos os seus momentos, deverá possibilitar a observação da capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e competências necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do curso.

Importante ressaltar que, à medida que as aulas avançam, os professores devem usar a criatividade para fazer com que as participantes desenvolvam as habilidades que cada curso especificamente requer. A avaliação não deve ser enclausurada, rígida e ineficiente para comprovar a aprendizagem, mas ela pode ser criativa, leve e induzir as participantes a participarem, com alegria, deste processo. Devem-se utilizar formas flexíveis e justas de avaliação, com imparcialidade, com rigor, porém não nos mesmos níveis de um aluno tradicional. É importante considerar que existem métodos que provam o mesmo conhecimento de forma diferenciada e que visam ao aprofundamento de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e atitudes das estudantes essas formas deverão ser exploradas na sua totalidade.

A avaliação do desempenho escolar será feita por componentes curriculares, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento. A assiduidade diz respeito à frequência, nas aulas teóricas, nos trabalhos escolares, nos exercícios de aplicação e atividades práticas. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo das participantes e dos resultados obtidos nas atividades avaliativas.

Tendo em vista que o processo ensino-aprendizagem ocorrerá de forma diagnóstica, contínua e participativa, considerando-se os aspectos qualitativos e quantitativos, o aproveitamento dos componentes curriculares para composição do certificado deverá vir através dos conceitos conforme expresso abaixo:

O resultado desse processo de avaliação será expresso em menções:

- **Conceito A-Excelente:** capaz de desempenhar, com destaque, as competências exigidas pelo perfil profissional de conclusão. ()
- **Conceito B-Muito bom:** capaz de desempenhar, a contento, as competências exigidas pelo perfil profissional de conclusão. ()
- **Conceito C-Bom:** capaz de desempenhar o mínimo das competências exigidas pelo perfil profissional de conclusão. ()
- **Conceito D-Regular:** desenvolveu abaixo do esperado para das competências exigidas pelo perfil profissional de conclusão. (nota menor 6,0)

Conceito		Nota (n)
Conceito A	EXCELENTE	
Conceito B	MUITO BOM	
Conceito C	BOM	
Conceito D	REGULAR	Nota menor 6,0

Elencada com os objetivos do Programa Mulheres Mil, a avaliação deve se constituir num processo inclusivo, que eleve a autoestima das pessoas e lhes dê coragem para galgar novos desafios, novas aprendizagens e constituírem visões de um mundo com mais possibilidades para si.

Ao término do curso considerar-se-á aprovada a estudante que obtiver percentual mínimo de setenta e cinco por cento (75%) de frequência em todo o período letivo do curso e no mínimo conceito C nas médias regulares dos componentes curriculares.

Por fim, deverão ser criados espaços para a recuperação contínua da aprendizagem das estudantes com dificuldades de acompanhamento dos estudos, por meio de várias técnicas e instrumentos avaliativos, de forma que elas avancem sempre junto às demais, procurando evitar a reprovação e/ou exclusão do programa.

10 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E LABORATÓRIOS

As aulas do curso de Agricultor Orgânico serão ministradas, nas dependências do Ifal *campus* Maragogi, empregando sua infraestrutura (salas de aulas, laboratórios, biblioteca, unidades demonstrativas de atividades práticas de campo, entre outros) e apoio da equipe multiprofissional, facilitando sua rotina durante a realização do curso, buscando sua permanência e êxito no programa.

A estrutura física necessária ao funcionamento do Curso de Agricultor Orgânico deverá conter:

I. 02 Salas para realização das aulas: com 32 carteiras cada, quadro branco, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.

II. Biblioteca com espaço de estudos individual e em grupo.

III. Laboratório de Informática contendo equipamentos e materiais específicos: mesas, cadeiras, computadores, quadro branco e projetor multimídia.

IV. Sala de apoio para equipe administrativa e professores com mobiliário e acesso à Internet.

11 PERFIL DE PROFESSORES E TÉCNICOS

Os quadros 3 e 4, a seguir, descrevem o pessoal docente e administrativo necessário ao funcionamento do Curso, que são bolsistas do programa, conforme determinação da Resolução/CD/FNDE N° 6, de 12 de março de 2013:

QUADRO 3 – PROFESSORES	
Área	Requisitos (Graduação em)
Leitura e produção de textos aplicados ao curso	Graduação em Letras, OU Comunicação.
Matemática aplicada e noções de educação financeira	Graduação em Matemática, OU Administração, OU Ciências Contábeis, OU Economia, OU Tecnólogo em Processos Gerenciais.
Inclusão digital voltada para o exercício da cidadania	Graduação em Informática, OU em Ciência da Computação, OU Análise e Desenvolvimento de Sistemas, OU Sistemas da Informação.
Oratória, expressão corporal e verbal	Graduação em Letras, OU Psicologia, OU Comunicação Social, OU Artes, OU Teatro, OU Artes Cênicas, OU Comunicação e Marketing, OU Jornalismo, OU Tecnólogo em Recursos Humanos.
Princípios da cidadania, gênero e direitos da mulher	Graduação em Direito, OU Ciências Sociais, OU Filosofia, OU Psicologia, OU Serviço Social.
Ética e relações humanas	Graduação em Direito, OU Ciências Sociais, OU Filosofia, OU Psicologia Serviço Social.
Noções de biossegurança, segurança alimentar e nutricional	Graduação em Nutrição, OU Tecnólogo em alimentos, OU Tecnólogo em Agroindústria, OU Tecnólogo em Laticínios.
Introdução à Agroecologia e Noções de Legislação Aplicada à Agricultura Orgânica	Graduação em Agronomia, OU Ciências Agrárias, OU Engenharia Agrícola, OU Zootecnia, OU Agroecologia, OU Tecnólogo em Horticultura.
Manejo e Conservação dos Solos em Sistemas Orgânicos	Graduação em Agronomia, OU Ciências Agrárias, OU Engenharia Agrícola, OU Agroecologia, OU Tecnólogo em Horticultura.
Manejo alternativo de pragas e doenças	Graduação em Agronomia, OU Ciências Agrárias, OU Engenharia Agrícola, OU Agroecologia, OU Tecnólogo em Horticultura.
Produção Vegetal em Sistema de Agroecologia	Graduação em Agronomia, OU Ciências Agrárias, OU Engenharia Agrícola, OU Agroecologia, OU Tecnólogo em Horticultura.
Beneficiamento e Conservação de Alimentos Orgânicos	Graduação em Agronomia, OU Ciências Agrárias, OU Engenharia Agrícola, OU Agroecologia, OU Tecnólogo em Horticultura, Ou Tecnólogo em Agroindústria.

Noções de Empreendedorismo, Cooperativismo e Economia Solidária	Graduação em Agronomia, OU Administração, OU Tecnólogo em Administração, OU Gestão Pública, OU Recursos Humanos, OU Marketing, OU Comércio Exterior, OU Economia, OU Empreendedorismo, OU Ciências Sociais.
Direitos e Deveres da Mulher Trabalhadora	Graduação em Direito, OU Ciências Sociais, OU Filosofia, OU Psicologia, OU Serviço Social.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

QUADRO 4 – ADMINISTRATIVOS	
Função	Formação
Supervisor do Curso	Servidor ativo do Ifal – Com Curso Superior.
Apoio Pedagógico/Administrativo	Servidor ativo do Ifal – Com Curso Superior.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

12 REQUISITOS DE CERTIFICAÇÃO

Após a integralização dos componentes curriculares, às estudantes que obtiverem frequência de, no mínimo, 75% do total da carga horária do curso e no mínimo, conceito C nas médias regulares dos componentes curriculares, será conferido o Certificado de conclusão do Curso de Qualificação Profissional de Agricultor Orgânico, na modalidade presencial.

13 PROGRAMA DOS COMPONENTES CURRICULARES

Componente Curricular: Leitura e produção de textos aplicados ao curso	Carga Horária: 12 horas
EMENTA	
Relacionar os conteúdos programáticos aplicados aos conceitos e tópicos do curso. Aplicar ferramentas básicas de leitura e produção de texto. Reconhecer textos verbais e não-verbais. Compreensão e interpretação de textos.	
OBJETIVOS	
Empregar a língua na modalidade oral e escrita adequada às diferentes situações de comunicação. Perceber a utilidade e os benefícios do domínio da leitura e produção de texto para o desenvolvimento da competência profissional.	

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elementos da comunicação; 2. Funções da linguagem; 3. Linguagem verbal e linguagem não-verbal; 4. Relação entre língua falada, língua escrita e variação linguística; 5. Gêneros e tipos textuais relacionados ao curso.
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
<p>CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.</p> <p>GARCIA, O.M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.</p> <p>FIORIN, J. L. Lições de texto: leitura e redação. 5.ed. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>MEDEIROS, J. B. Português instrumental. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2018.</p> <p>MESQUITA, R. M. Gramática da língua portuguesa. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.</p>

Componente Curricular: Matemática aplicada e noções de educação financeira	Carga Horária: 12 horas
EMENTA	
<p>Relacionar os conteúdos programáticos aplicados aos conceitos e tópicos do curso. Aplicar as ferramentas de matemática básica relacionadas à formação profissional das alunas. O uso da matemática no cotidiano. Os fundamentos das quatro operações. Noções de porcentagem. Grandezas e medidas. Noções de educação financeira.</p>	
OBJETIVOS	
<p>Revisar e aprofundar os conceitos básicos de matemática. Perceber a utilidade e os benefícios da matemática para o desenvolvimento das competências profissionais e formação para o mercado de trabalho.</p>	
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Operações com números racionais; 2. Regra de três simples e composta; 3. Porcentagem; 4. Juros simples e compostos; 5. Descontos simples; 6. Grandezas e medidas; 7. Matemática financeira. 	
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA	

BUIAR, C. L. **Matemática financeira**. Curitiba: Editora livro técnico, 2010.
 DANTE, L. R. **Matemática: contexto e aplicações: ensino médio, volume 1**. 5.ed. São Paulo: Ática, 2012.
 IEZZI, G.; HAZZAN, S.; DEGENSZAJN, D. **Fundamentos de matemática elementar, 11: matemática comercial, matemática financeira e estatística descritiva**. São Paulo: Atual, 2004.
 LIMA, E. L. et al. **A matemática do ensino médio: volume 1**. 10.ed. Rio de Janeiro: SBM, 2012.
 SAMANEZ, C. P. **Matemática financeira**. 5.ed. São Paulo: Pearson, 2010.

Componente Curricular: Inclusão digital voltada para o exercício da cidadania	Carga Horária: 8 horas
EMENTA	
Introdução aos principais conceitos relacionados ao funcionamento de computadores e sistemas operacionais. Ferramentas aplicadas à prática profissional do curso. Editor de texto, planilhas eletrônicas. Principais mecanismos de busca e navegação na Internet. Redes sociais, correio eletrônico e computação na nuvem.	
OBJETIVOS	
Aprender a ligar e desligar um computador. Conhecer um sistema operacional e seus aplicativos. Manipular periféricos, tais como mouse e teclado. Apresentar os recursos do editor de texto e planilhas eletrônicas. Aprender a acessar a Internet e usar os mecanismos de comunicação (redes sociais) e nuvem.	
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecendo o computador (ligar e desligar; periféricos); 2. Sistema operacional (área de trabalho, barra de tarefas e botão iniciar); 3. Editor de texto e planilha (digitação, salvar e imprimir documentos); 4. Internet (acessar páginas, downloads, correio eletrônico e redes sociais, nuvem). 	
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA	
<p>ALVES, W. P. Informática fundamental: introdução ao processamento de dados. São Paulo: Érica, 2010. BARBOSA FILHO, A.; CASTRO, C.; TOME, T. Mídias digitais: convergência tecnológica e inclusão social. São Paulo: Paulinas, 2005. HUNT, T. O poder das redes sociais. São Paulo: Gente, 2010. MARÇULA, M.; BENINI FILHO, P. A. Informática: conceitos e aplicações. 4.ed. São Paulo: Érica, 2013. SILVA, M. G. da.; OLIVIERO, C. A. J. Informática: terminologia, microsoft windows 8, internet, segurança, microsoft office word 2010, microsoft office excel 2010, microsoft office powerpoint 2010, microsoft office access 2010. São Paulo:</p>	

Érica, 2012.

Componente Curricular: Oratória, expressão corporal e verbal	Carga Horária: 8 horas
EMENTA	
Comunicação e expressão. Linguagem corporal. Estratégias retóricas. Estrutura do discurso. Técnicas de apresentação. Falar de improviso. Ansiedade e medo.	
OBJETIVOS	
Propiciar às participantes vivências que desenvolvam a comunicação oral e a comunicação corporal, com a utilização de estratégias que promovam o envolvimento e a interação coletiva. Saber lidar com o medo e a inibição de falar em público.	
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Prática em oratória; 2. Comunicação corporal; 3. Técnicas de relaxamento; 4. Dinâmicas de comunicação e interação; 5. Timidez e introversão. 	
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA	
<p>ANDREOLA, B. A. Dinâmica de grupo: jogo da vida e didática do futuro. 29.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.</p> <p>GUIRAUD, P. A linguagem do corpo. São Paulo: Ática, 2001.</p> <p>PENTEADO, J. R. W. A técnica da comunicação humana. 14.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.</p> <p>POLITO, R. Como falar corretamente e sem inibições. 112.ed. São Paulo: Benvirá, 2016.</p> <p>WEIL, P.; TOMPAKOW, R. O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não verbal. 74.ed. Petrópolis: Vozes, 2015.</p>	

Componente Curricular: Princípios da cidadania, gênero e direitos da mulher	Carga Horária: 8 horas
EMENTA	
A doutrina dos direitos fundamentais e sua evolução. O sistema global de proteção dos direitos humanos. Sistemas regionais de proteção dos direitos humanos. A declaração de direitos na Constituição brasileira. Os instrumentos de proteção de	

direitos humanos. Direitos da mulher. Violência doméstica e familiar. Políticas públicas de atenção à mulher.

OBJETIVOS

Analisar, refletir e compreender os princípios, valores e direitos que caracterizam a dignidade da pessoa humana, promovendo o debate sobre a importância da construção da igualdade nas relações de gênero e combate a todas as formas de violência e discriminação. Promover a elevação da autoestima por meio do conhecimento sobre as modalidades de violência contra a mulher e seus mecanismos legais de repressão.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Fundamentos de direitos humanos e cidadania;
2. Direitos econômicos e sociais;
3. Os conceitos de gênero e de relações de gênero;
4. Enfrentamento da violência contra a mulher (Lei Maria da Penha);
5. Modalidades de violência;
6. Femicídio;
7. As relações de gênero e o mundo do trabalho.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- BONETTI, A.; SOUZA, A. M. F. de L. e (Orgs.). **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador: Edufba, 2011.
- BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (orgs.). **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro enigma, 2012.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 out. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 13 out. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2002]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10406-10-janeiro-2002-432893-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Institui%20o%20C%C3%B3digo%20Civil.&text=Art.,e%20deveres%20na%20ordem%20civil>. Acesso em: 13 out. 2023.
- SOIHET, R. **Feminismos e antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

Componente Curricular: Ética e relações humanas	Carga Horária: 8 horas
EMENTA	
Noções de ética. A importância da ética na vida e no trabalho. A importância das relações humanas no trabalho, na família e na comunidade. Processo de humanização.	
OBJETIVOS	
Promover a reflexão sobre a importância da ética na vida e no trabalho. Refletir sobre formas mais saudáveis de se relacionar com outras pessoas em diferentes ambientes e situações. Identificar práticas de relacionamentos interpessoais. Desenvolver habilidades para trabalhar em equipe. Compreender a comunicação como elemento nas relações interpessoais.	
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conceito de ética; 2. Relacionamentos interpessoais; 3. Autoconhecimento; 4. Humanização; 5. Trabalho em equipe; 6. O papel da comunicação nas relações interpessoais. 	
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA	
<p>CORTELLA, M. S. Pensar bem nos faz bem!: pequenas reflexões sobre grandes temas 2: família, carreira, convivência, ética. 2.ed. Petrópolis; Vozes, 2014.</p> <p>COSTA, A. A. [et al.]. Reconfiguração das relações de gênero no trabalho. São Paulo: CUT, 2004. Disponível em: https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05632.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.</p> <p>DAVIS, K.; NEWSTROM, J. W. Comportamento humano no trabalho: uma abordagem organizacional, v.2. São Paulo: Cengage Learning, 1996.</p> <p>DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p>SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. Ética. 35.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.</p> <p>TELES, M. A. de A. O que são direitos humanos das mulheres. São Paulo: Brasiliense, 2007.</p>	

Componente Curricular: Noções de biossegurança, segurança alimentar e nutricional	Carga Horária: 8 horas
EMENTA	
Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Doenças transmitidas por alimentos. Riscos de uma	

alimentação desbalanceada. Higiene e conservação de alimentos. Higiene pessoal e uso de EPIs.

OBJETIVOS

Contribuir para a disseminação de informações sobre SAN e DHAA, seus conceitos e bases legais. Conhecer, avaliar, analisar e discutir aspectos sobre a higiene dos alimentos e higiene pessoal.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Conhecimento e explanação da SAN e DHAA;
2. Conceitos de higiene alimentar;
3. Conservação de alimentos;
4. Conceito de segurança alimentar;
5. Higiene pessoal;
6. Importância do uso dos EPIs.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BRASIL. **Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010.** Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas à assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 19 out. 2023.

BRITO, J. G.; COSTA, E. R. Titularidade feminina no Programa Bolsa Família: questões de gênero e Segurança Alimentar. **Revista Tropos**. v.1, n.3. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/185>. Acesso em: 23 out. 2023.

MALUF, R.; REIS, M. C. dos. Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional. In: ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. (orgs.) **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
SILIPRANDI, E. C. A alimentação como um tema político das mulheres. In ROCHA, C.; BURLANDY L.; MAGALHÃES R. (org.). **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

SILVA JR., E. A. da. **Manual de controle higiênico sanitário em serviços de alimentação**. 7.ed. São Paulo: Varela, 2014.

Componente Curricular: Introdução à agroecologia e Noções de Legislação Aplicada à Agricultura Orgânica	Carga Horária: 12 horas
EMENTA	
Conceitos, histórico, importância econômica da agroecologia. Certificação Orgânica e Fundamentação Legal; Legislação Orgânica; Normatização na produção orgânica; Lei orgânica brasileira; Instruções Normativas.	
OBJETIVOS	
Entender e aplicar os conceitos, a importância da economia da agroecologia, dentro de uma linha programática do curso, visando a certificação dos produtos que serão produzidos e comercializados, obedecendo a legislação vigente.	
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conceitos e histórico de agroecologia; 2. Requisitos para certificação orgânica; 3. Noções sobre legislação e normatização orgânica; 4. Instruções Normativas sobre agricultura orgânica. 	
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA	
<p>ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592p.</p> <p>BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF.</p> <p>BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Aprova o regulamento da lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF.</p> <p>BRASIL. Instrução Normativa nº 64, de 18 de dezembro de 2008. Aprovar o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF.</p> <p>BRASIL. Instrução Normativa nº 18, de 28 de maio de 2009. Aprovar o regulamento técnico para o processamento, armazenamento e transporte de produtos orgânicos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF.</p> <p>BRASIL. Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009. Aprovar os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF.</p> <p>BRASIL. Instrução Normativa nº 46, de 06 de outubro de 2011. Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção, bem como as listas de substâncias e práticas permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção, na forma desta Instrução Normativa e de seus Anexos I a VIII. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF.</p> <p>GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura</p>	

sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000. 653p.

Componente Curricular: Manejo e Conservação dos Solos em Sistemas Orgânicos	Carga Horária: 16 horas
EMENTA	
Preparo do solo; Princípios de manejo e conservação do solo; Compostagem; adubação orgânica.	
OBJETIVOS	
Compreender os métodos adequados de manejo e uso do solo, que permitem mantê-lo produtivo de geração a geração, para evitar o seu esgotamento ou deterioração, provocados por fatores naturais e/ou introduzidos pelo próprio homem.	
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Métodos de preparo do solo; 2. Noções de manejo e conservação do solo; 3. Princípios sobre compostagem; 4. Técnicas de adubação orgânica. 	
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA	
<p>PENTEADO, S. R. Adubação na agricultura ecológica - calculo e recomendação numa abordagem simplificada. Editora: Via Orgânica. 2007. 157p.</p> <p>PENTEADO, S. R. Adubação na agricultura ecológica. Editora: Via Orgânica. 2008. 154p.</p> <p>PEREIRA NETO, J. T. Manual da Compostagem. Viçosa: UFV. 2007.</p> <p>ANJOS, J. L dos; AQUINO, A.M.; SCHIEDECK, G.ed. Minhocultura e vermicompostagem: interface com sistemas de produção, meio ambiente e agricultura de base familiar. Brasília, DF: Embrapa, 2015, 231 p.</p> <p>EHLERS, Eduardo. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2. ed. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária Ltda. 1999.</p> <p>KOEPF, Herbert H.; PETTERSSON, B. D.; SCHAUMANN, W. Agricultura biodinâmica. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1983. 333 p.</p> <p>PRIMAVESI, A.; Manejo Ecológico do Solo: A Agricultura em Regiões Tropicais. 9ªed., Nobel, São Paulo, 1990.</p> <p>REIJNTJES, Coen; Haverkort, Bertus; Waters-Bayer, Ann. Agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos. Trad.: Jonh Cunha Comerford. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994.</p>	

Componente Curricular: Manejo alternativo de pragas e doenças	Carga Horária: 12 horas
EMENTA	
Manejo integrado de pragas e doenças; controle biológico e alternativo; Preparo de caldas agroecológicas; Tecnologia de aplicação.	
OBJETIVOS	
Capacitar as produtoras na tomada de decisão sobre as táticas de manejo de pragas e doenças, com menor impacto aos agroecossistemas.	
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Importância das pragas e doenças nas culturas; 2. Principais pragas e doenças das frutíferas e hortaliças; 3. Sintomas de doenças em plantas; 4. Manejo ecológico de pragas e doenças. 	
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA	
<p>AMORIM, L; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIN FILHO, A. Manual de fitopatologia: princípios e conceitos. 5. ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 2018, 573p.</p> <p>CAMPANHOLA, C.; BETTIOL, W.(eds.). Métodos alternativos de controle fitossanitário. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2003. 279p.</p> <p>GALLO, D. et al. Entomologia agrícola. FEALQ, São Paulo. 2002. 920 p.</p> <p>GULLAN, P. J; CRANSTON, P. S. Insetos: fundamentos da entomologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Roca. 441p.</p> <p>GULLAN, P. J; CRANSTON, P. S. Insetos: fundamentos da entomologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Roca. 441p.</p> <p>PRIMAVESI, A. Manejo ecológico de pragas e doenças: técnicas alternativas para produção agropecuária e defesa do meio ambiente. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. 143p.</p> <p>ZAMBOLIM, L. et al. (Eds.) Manejo integrado de doenças e pragas: hortaliças. Viçosa: Ed. UFV. 625p.</p>	

Componente Curricular: Produção Vegetal em Sistema de Agroecologia	Carga Horária: 20 horas
EMENTA	
Propagação e Implantação, tratos culturais, olerícolas, flores, plantas medicinais, plantas alimentícias não convencionais (Pancs), culturas anuais e frutíferas.	

OBJETIVOS
Compreender e otimizar os fatores e técnicas de produção orgânica no cultivo de olerícolas, flores, plantas medicinais, plantas alimentícias não convencionais (Pancs), culturas anuais e frutíferas.
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Propagação de plantas (utilização de sementes crioulas e estruturas assexuadas); 2. Produção de mudas (recipientes, substratos, estruturas e técnicas para produção de mudas); 3. Implantação e manejo de culturas (olerícolas, flores, plantas medicinais, plantas alimentícias não convencionais (Pancs), culturas anuais e frutíferas) em sistema orgânico; 4. Colheita e comercialização.
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
<p>ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592p.</p> <p>FANCELLI, A. L.; DURVAL, D. N. Produção de feijão. Piracicaba, SP. ESALQ/USP, 2007.</p> <p>FONTES, P.C.R.; NICK, C. Olericultura: teoria e prática. Viçosa: Ed. UFV, 2019. 632p.</p> <p>GALVÃO, J. C. C.; MIRANDA, G. V. Tecnologias de Produção do milho. Viçosa, Editora UFV, 3ª Edição, 2014.</p> <p>GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000. 653p.</p> <p>PENTEADO, S. R. Adubação na Agricultura Ecológica. 168 p. 2 ed. Editora Via Orgânica.</p> <p>SOUZA, J. L. de; RESENDE, P. Manual de horticultura orgânica. Viçosa: Aprenda Fácil, 2006.</p>

Componente Curricular: Beneficiamento e Conservação de Alimentos Orgânicos	Carga Horária: 16 horas
EMENTA	
Alterações dos alimentos. Métodos de conservação de alimentos. Embalagens. Tecnologia de transformação e conservação de produtos de origem vegetal e animal. Higiene e controle de qualidade. Pós-colheita, armazenamento e processamento de frutas, hortaliças, grãos, raízes e tubérculos.	
OBJETIVOS	
Entender a importância do beneficiamento e conservação dos alimentos orgânicos para uma alimentação saudável, livre de agrotóxicos, adubos químicos e substâncias sintéticas que agredam o meio ambiente.	

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Noções de conservação de alimentos; 2. Métodos de embalagem; 3. Técnicas de higiene e controle de qualidade; 4. Processamento dos alimentos.
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
<p>GAVA, A. J.; SILVA, C. A. B.; FRIAS, J. R. G. Tecnologia de alimentos: princípios e aplicações. São Paulo: Nobel, 2008.</p> <p>LIMA, U. de A. (org.). Matérias-primas dos alimentos. São Paulo: Blucher, 2010. 402 p.</p> <p>ORDONEZ, J.A. Tecnologia de alimentos: alimentos de origem animal. Rio Grande do Sul: Artmed, 2004. Vol 2.</p> <p>AZEREDO, H. M. C., Fundamentos da Estabilidade de Alimentos. EMBRAPA. 2004.</p> <p>CASTRO, A. G. Embalagens para a indústria alimentar. Lisboa: Editora Instituto Piaget, 2003.</p> <p>CHITARRA, M.I.F.; CHITARRA, A.B. Pós-colheita de frutas e hortaliças: glossário. Lavras: UFLA, 2006.</p> <p>FELLOWS, P. J. Tecnologia do processamento de alimentos: Princípios e prática. Porto Alegre, Artmed, 2006.</p> <p>ORDONEZ, J. A. Tecnologia de alimentos: componentes dos alimentos e processos. São Paulo: Artmed, Vol I, 2005.</p>

Componente Curricular:	Carga Horária:
Empreendedorismo, Cooperativismo e Economia Solidária	12 horas
EMENTA	
<p>Empreendedorismo: conceitos e perspectivas. Perfil do Empreendedor: valores, habilidades e atitudes. Identificação de oportunidades. Inovação. Formas de associação: cooperativismo. Diferença entre associativismo e cooperativismo. Economia solidária.</p>	
OBJETIVOS	
<p>Compreender o princípio da economia solidária como ação política. Verificar quais as oportunidades de geração de renda através do cooperativismo. Compreender a necessidade de formalização dos processos de produção e venda. Identificar direitos e deveres dos cooperados.</p>	
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conceitos de empreendedorismo; 2. Perfil do empreendedor; 3. Formas de associação; 4. Noções de renda e economia; 	

5. Cooperativismo e economia solidária.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
 DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo para visionários**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
 RIES, E. **A Startup enxuta: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas**. São Paulo: Lua de Papel, 2012.

Componente Curricular: Direitos e Deveres da Mulher Trabalhadora	Carga Horária: 8 horas
---	-------------------------------

EMENTA

Direitos trabalhistas das mulheres. Direitos para os produtores rurais e agricultores familiares. Noções de contribuições individuais visando a aposentadoria da trabalhadora. Divulgação de programas e projetos de beneficiamento.

OBJETIVOS

Discutir a legislação vigente, programas e projetos sobre produtor rural e agricultor familiar a fim de reconhecer, proteger e promover a atividade agrícola de pequeno porte, bem como melhorar as condições de vida e trabalho das agricultoras familiares.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Legislação trabalhista;
2. Fundamentos dos direitos das mulheres;
3. Direitos para os produtores rurais;
4. Fontes de financiamento.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

MARTINEZ, W. N. **Direitos e Obrigações do MEI**. Juruá Editora. 2023.
 SEBRAE. **Benefícios da Lei Geral para o Produtor Rural e Agricultor Familiar**. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/beneficios-da-lei-geral-para-o-produtor-rural-e-agricultor-familiar,f141285d4994f510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 31 out. 2023.
 SEBRAE. **Cartilha do Microempreendedor Individual: Vantagens, direitos, obrigações, declaração anual, capacitações e consultorias**. SEBRAE-BA, 2018. Disponível em: <https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/>

89396a75276a9856e0c4ecbc5b986a74/\$File/30394.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

SEBRAE. **Guia completo para o Microempreendedor Individual** – com alterações da lei geral. SEBRAE-BA, Salvador, 2019. Disponível em: <[http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/BA/Anexos/guia_do_microempreendedor_\(2\).pdf](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/BA/Anexos/guia_do_microempreendedor_(2).pdf)>. Acesso em: 30 out. 2023.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 141, n. 253, p. 1, 30 dez. 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Lei Federal Nº 12.513. **Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**. Brasília, 26 de outubro de 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Perfil Territorial do Litoral Norte-AL. 2015. 7p. http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_041_Do%20Litoral%20%20Norte%20-%20AL.pdf.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE Nº 4**, de 16 de março de 2012. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3514-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-4-de-16-de-mar%C3%A7o-de-2012>. Acesso em: 20 nov. 2023.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2024.

IFAL. **PDI**: Plano de Desenvolvimento Institucional: IFAL 2019/2023. Maceió, AL: IFAL, 2024. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/noticias/ifal-define-planejamento->

[para-2020-e-encerra-evento-com-palestra-sobre-lideranca/pdi-2019-2023-final-revisado.pdf/view](#). Acesso em: 20 jul. 2024.

IFAL. Conselho Superior. **Resolução nº 03/CS, de 31 de março de 2017.**

Maceió, AL: Conselho Superior, 2017. Disponível em:

<https://www2.ifal.edu.br/ifal/reitoria/conselho-superior/resolucoes/2017/normas-de-organizacao-didatica-do-ifal-com-alteracao-do-artigo-42-conf-res-no-03-cs-17.pdf/view>. Acesso em: 20 set. 2023.

IFAL. Conselho Superior. **Resolução Nº17/CS, de 11 de junho de 2019.** Aprova a regulamentação de procedimentos de identificação, acompanhamento e avaliação de discentes com necessidades específicas do IFAL. Maceió, AL: Conselho Superior, 2019. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/ensino/legislacao-e-normas/arquivos-legislacao/direcao-de-politicas-estudantis/resolucao-no-17-cs-2019-procedimentos-de-identificacao-acompanhamento-e-avaliacao-de-discentes-com-necessidades-esperiais.pdf/view>. Acesso em: 16 set. 2023.

Ministério da Educação. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). **Manual de Gestão da Bolsa-Formação.** Brasília. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2017-pdf/61681-setec-manual-de-gestao-da-bolsa-formacao-pdf/file>. Acesso em: 16 set. 2023.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia Pronatec de Cursos FIC.** Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41261-guia-pronatec-de-cursos-fic-2016-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 set. 2023.



Emitido em 02/09/2024

PARECER Nº 2425/2024 - PROEX-ASEX (11.01.03.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 17/12/2024 16:54)

GILBERTO DA CRUZ GOUVEIA NETO

PRÓ-REITOR - TITULAR

REIT-PROEX (11.01.03)

Matrícula: 1814601

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifal.edu.br/documentos/> informando seu número: **2425**, ano: **2024**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **17/12/2024** e o código de verificação: **4f23f070ad**